

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PB000160/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/05/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005303/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.254305/2024-57
DATA DO PROTOCOLO: 14/05/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB EMP TELECO OPERAD DE MESAS TELEF EST PARAIBA, CNPJ n. 08.301.707/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARTA BERNARDINO SENA DA SILVA;

E

BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ n. 04.601.397/0001-28, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). JOSE ROBERTO NOGUEIRA e por seu Diretor, Sr(a). JOAO PAULO ESTEVAM;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **I - Os trabalhadores em empresas de telecomunicações, operadoras, concessionárias, permissionárias, operadoras de infraestrutura de redes nas modalidades fixa, móvel, transmissão, emissão, ou recepção de sinais por meio metálico, óptico, eletromagnético, ondas satelitais; II - Os trabalhadores em empresas Operadoras de satélites; empresas de instalação, operação e manutenção de serviços prestados sob protocolo IP (voz, dados e imagens), e em datacenters de empresas de telecomunicações; III - Os trabalhadores nas empresas Operadoras, Provedoras de Serviços de Comunicação multimídia (SCM), através de rede óptica, rede metálica, rádio ou satélite, prestando serviços de comunicação multimídia em projetos, implantação, operação e manutenção, sob regime público ou privado; IV Os trabalhadores em empresas interpostas com empresas de telecomunicações, tomadoras de serviços, em que se forma o vínculo empregatício, diretamente, indiretamente ou solidariamente com as empresas de telecomunicações, operadoras de sistema de TV por assinatura, operadoras de infraestrutura de redes, provedoras de internet, incluindo serviços de transmissão de dados, correio eletrônico, suporte de internet, telecomunicações móveis, serviços troncalizados de comunicação' projetos' construção, instalação, operação, manutenção de equipamentos e transmissão de sinais Por meios físicos e /ou eletromagnéticos; V- os trabalhadores em empresas instaladoras, operadoras e mantenedoras de serviços de telecomunicações de rede interna em edifícios, condomínios residenciais ou comerciais, nas atividades de instalação' operação e suporte operacional a clientes; VI - os trabalhadores e operadores de mesas telefônicas' telefonistas; os trabalhadores em teletendimento, em telemarketing e empregados de empresas de Call-center, telemarketing e Rádio chamada; VII - os trabalhadores em empresas de sistemas de televisão por assinatura programação implantação, operação de sistemas de televisão por assinatura a cabo, MMDS (distribuição de sinal multiponto e multicanal), DTH (transmissão de sinais digitais via satélite), TVIP, VOIP, denominados telemáticos, execução de serviços de projetos, instalação, operação e manutenção de redes externas e internas de TV Por assinatura; VIII - Trabalhadores em empresas de atendimento ao público dos serviços de telecomunicações em lojas, na modalidade porta-a-porta das empresas de telecomunicações e das empresas provedoras de internet, que sejam próprias' terceirizadas, franqueadas, parceiras ou tomadoras de serviços; IX - Trabalhadores da categoria profissional dos aposentados pelo regime geral da previdência social oriundos das empresas de telecomunicações e /ou vinculados aos fundos de seguridade social das**

empresas de telecomunicações; X - Empresas de Telecomunicações, Telefonia fixa e móvel, Centros de Teletendimento, Call Centers, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Suporte de internet, Provedores de internet, Serviços SCM, Serviços Troncalizados de Comunicação, Rádio Chamadas, Telemarketing, Empresas de Projeto, Construção, instalação, implantação, e Manutenção de Redes e Serviços de Telecomunicações e Operação de Equipamentos e meios físicos de Transmissão de Sinal e Operadores de Mesas Telefônicas no estado da Paraíba. com abrangência territorial na Paraíba, com abrangência territorial em PB.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS

3. SALÁRIOS NORMATIVOS

Os salários normativos dos empregados que exercem as funções de CABISTA, EMENDADOR DE CABO, OPERADOR DE SERVIÇOS DE CAMPO (instalador/reparador) e OPERADOR DE MANUTENÇÃO DE FIBRA serão reajustados a partir de 1º. de janeiro de 2024, conforme parágrafos abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados registrados nas funções dispostas no *caput* que se ativam em João Pessoa e região metropolitana, receberão o salário normativo de R\$ 1.540,00 (um mil, quinhentos e quarenta reais), mensais;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados registrados nas funções dispostas no *caput* que se ativam no interior do Estado da Paraíba-PB, receberão o salário normativo de R\$: 1.413,19 (um mil, quatrocentos e treze reais e dezenove centavos), mensais;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em nenhuma hipótese poderá ser praticado salário normativo em valor inferior ao salário-mínimo nacional;

PARÁGRAFO QUARTO – Para os programas de primeiro emprego, jovem ou qualquer outro de caráter social e/ou profissional que venha a ser promovido pela Empresa, será garantido o recebimento do salário-mínimo hora.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados que recebem salários nominais acima do normativo serão reajustados a partir de 1º. de janeiro de 2024 pelo percentual de 5,06% (cinco, zero seis por cento), incidente sobre os valores vigentes em 31 de agosto de 2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados que exercem as funções de DIRETOR, GERENTE EXECUTIVO, GERENTE, COORDENADOR, ESPECIALISTAS, SUPERVISORES DE CRESCIMENTO e equivalentes, terão seus salários administrados pela livre negociação.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários será efetuado e disponibilizado ao empregado para saque, até o 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para efeito de pagamento, todos os empregados serão considerados mensalistas;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A tabela de cargos e salários atualmente praticada pela Empresa integra o presente acordo;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Empresa se compromete a disponibilizar o aviso de pagamento (contracheque) na intranet/via meio eletrônico até 1(um) dia antes da data de pagamento, contendo todas as verbas recebidas pelo empregado no respectivo mês.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido à Empresa proceder ao desconto em folha de pagamento quando oferecida a contraprestação de: seguro de vida em grupo, transporte, vale transporte, planos médicos- odontológicos com participação dos empregados nos custos, alimentação, convênios com supermercados, medicamentos, assistência médica, clubes e agremiações, convênios com instituições financeiras, e mensalidade sindical dos sindicalizados e outros descontos em favor do sindicato laboral, quando expressamente autorizados pelo empregado.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA MÉDICA / ODONTOLÓGICA

A Empresa se compromete a manter assistência médica e odontológica aos seus empregados e dependentes no mesmo nível atualmente existente observando as diferenças de atividades exercidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para funções internas, a assistência médica terá mensalidade dividida em 50% (cinquenta por cento) para o empregado e 50% (cinquenta por cento) para a Empresa;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para funções externas, a assistência médica terá mensalidade dividida em 30% (trinta por cento) para o empregado e 70% (setenta por cento) para a empresa;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A assistência odontológica será prestada através de adesão, sendo o custeio de responsabilidade do empregado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Caso seja requerida pelo empregado, a primeira parcela do 13º salário será antecipada por ocasião das férias e será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário nominal vigente na ocasião.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas suplementares trabalhadas em antecipação ou em prorrogação à jornada diária serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), inclusive para as realizadas aos sábados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as horas extras realizadas aos domingos e feriados será acrescido o adicional de 100% (cem por cento).

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será pago para todos os empregados que trabalharem em horário noturno, das 22h00 às 05h00, no percentual de 20% (vinte por cento) considerando-se, nesse período, a hora de 52min30seg conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo prorrogação da jornada noturna, o adicional noturno será devido até o final da jornada prorrogada.

ADICIONAL DE SOBREAVISO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SOBREAVISO

Para permanecerem em regime de sobreaviso inclusive aos sábados, domingos e feriados, os empregados farão jus ao pagamento de 1/3(um terço) da remuneração da hora normal por hora trabalhada em regime de sobreaviso, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados enquadrados nesta cláusula serão designados pela Empresa, mediante escala e convocação oficial, por escrito, onde estará especificado o período de duração do sobreaviso;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que não estiverem em escala de sobreaviso poderão permanecer com os equipamentos de comunicações desligados;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A partir da convocação do empregado para comparecimento ao trabalho, fora de sua jornada normal e no período de sobreaviso, haverá a remuneração de horas extras no efetivo exercício, conforme as regras estabelecidas neste instrumento coletivo;

PARÁGRAFO QUARTO – Não se considera violado o art. 66 da CLT, quando em sobreaviso o empregado não seja acionado.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ABONO COMPENSATÓRIO – ART. 457 DA CLT

Visando a recomposição salarial indireta de resguardo do poder aquisitivo, de modo a antecipar e compensar a vigência do reajuste coletivo de que tratam as cláusulas 3 e 4 a Empresa pagará aos empregados mensalmente no período de setembro a dezembro/2023, abono salarial no valor de R\$ 120,00(cento e vinte reais), por mês trabalhado nesse período, em parcela única até o 5º.(quinto) dia útil de dezembro/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será considerado mês trabalhado, o período ou fração igual ou superior a 15(quinze) dias no referido mês;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento do abono disposto nesta cláusula não se aplica aos empregados admitidos a partir de 1º. de setembro de 2023, exceto os que ocupam cargos de isonomia salarial, bem como, os que exercem as funções de diretor, gerente executivo, gerente, coordenador, especialistas, supervisores de crescimento e equivalentes;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O abono objeto desta cláusula é pago sob as disposições do parágrafo 2º. do art. 457 da CLT, portanto, não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e/ou previdenciário.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A Empresa e Sindicato se comprometem a iniciar as negociações relativas ao Programa de Participação nos lucros ou Resultados do exercício de 2024 até o dia 31 de março de 2024.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO

A Empresa se compromete a fornecer refeição aos seus empregados, através de serviço próprio, entidades de alimentação coletiva ou empresas terceiras, nas quais se incluem as que prestam serviços de pagamento de refeição por moeda eletrônica (vales, cartões etc.), inscritas ou não no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A partir de 1º. de setembro de 2023, a Empresa concederá auxílio alimentação em forma de cartão eletrônico no valor de 21,44(vinte e um reais e quarenta e quatro centavos) por dia efetivamente trabalhado;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do vale alimentação disposto acima será reajustado a partir de 1º. de janeiro de 2024 para R\$ 22,50(vinte e dois reais e cinquenta centavos), por dia efetivamente trabalhado;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para trabalhadores com jornadas de 36h/semanais, os valores poderão ser diferidos e serão ofertados lanches diários, nos termos da NR17. Em caso de pagamento via vale/cartão, os valores poderão ser diferidos do mínimo constante do Parágrafo Primeiro;

PARÁGRAFO QUARTO - Qualquer que seja a modalidade do benefício, os empregados autorizam, desde já, o desconto de R\$ 0,01 (um centavo) sobre o valor total dos vales, cartões ou refeições recebidas;

PARÁGRAFO QUINTO – Os empregados que sofrerem acidente do trabalho ou doença ocupacional, farão jus ao auxílio alimentação no decorrer de eventual afastamento, na base de 1(um) vale por dia útil pelo limite máximo de 12(doze) meses;

PARÁGRAFO SEXTO - Serão desconsiderados para efeito de pagamento do auxílio alimentação o período de férias, o aviso prévio indenizado e as faltas independente de justificativa, assim como toda e qualquer interrupção ou suspensão do contrato de trabalho independente do motivo;

PARÁGRAFO SÉTIMO – O vale alimentação objeto desta cláusula, não possui cunho salarial para nenhum fim ou efeito.

PARÁGRAFO OITAVO – Nos casos de viagens a serviço, a empresa arcará com as despesas necessárias (hospedagem, café da manhã, almoço, jantar e transporte), conforme política/norma interna da Companhia. A Empregadora poderá adotar o auxílio-alimentação, na forma de vale/cartão para a viagem a serviço. Caso o trabalhador já tenha recebido auxílio-alimentação relativo aos dias de viagem para café da manhã, almoço e/ou jantar, a Empregadora não irá custear a mesma despesa em duplicidade.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO AO DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA

A Empresa concederá auxílio mensal, sob a forma de reembolso, para cada filho deficiente de empregado ou dependente a ele equiparado (assim entendidos, filho(a), enteado(a) ou menor sob guarda legal ou judicial), no valor de até R\$ 230,00(duzentos e trinta reais) mensais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O benefício concedido na forma desta cláusula não possui natureza salarial para qualquer efeito legal podendo, inclusive, suprimido a qualquer tempo.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXILIO/ REEMBOLSO CRECHE

Durante a vigência do presente instrumento coletivo a Empresa reembolsará às empregadas mães de filhos legítimos ou, comprovada a guarda legal, a importância de R\$ 110,00(cento e dez reais) mensais por filho(a), até 24(vinte e quatro) meses, após o retorno da licença maternidade, em creche ou instituição análoga de sua escolha, desde que devidamente documentada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO– O benefício será concedido em função do filho, vedada a acumulação de vantagens em relação ao mesmo dependente, no caso de ambos os pais serem empregados da Empresa signatária;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento do benefício será efetivado na mesma data determinada para o pagamento da remuneração mensal dos empregados ou através de sistema de reembolso;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Este benefício tem caráter indenizatório, sem natureza salarial, para nenhum fim ou efeito de direito conforme dispõe a Lei 14.457/2022 em seu art.4. alínea I.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INDENIZAÇÃO POR MORTE DO EMPREGADO/SEGURO DE VIDA

Durante a vigência do contrato de trabalho, na ocorrência de falecimento do empregado, a Empresa pagará verba indenizatória no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) nos casos de morte natural e R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) nos casos de morte por acidente de trabalho.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Será garantido ao empregado admitido após a data-base, salário igual ao do empregado de menor salário na função, desconsideradas vantagens pessoais.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, a dispensa será comunicada ao empregado, por escrito, contrarrecibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado o aviso prévio legal, informando, inclusive, o dia, hora e local do recebimento das verbas rescisórias;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito, com esclarecimento de motivos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Empresa se obriga a fornecer, aos empregados desligados, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança, no ato do desligamento ou da homologação da rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO

O empregado com mais de 1(um) ano de vínculo empregatício na Empresa signatária, que tiver seu contrato rescindido poderá solicitar a homologação de sua rescisão pelo Sindicato signatário.

PARÁGRAFO ÚNICO - As homologações de rescisão contratual poderão ser realizadas de forma não presencial, resguardado o direito do empregado em ter plena e efetiva assistência do Sindicato.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será comunicado pela empresa por escrito e contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não.

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS: DESLIGAMENTO POR RESCISÃO CONTRATUAL

Na ocorrência de rescisão contratual, o saldo credor do Banco de Horas do empregado será pago no prazo legalmente estabelecido para quitação das verbas rescisórias, observando as regras previstas nas cláusulas referente a BANCO DE HORAS: IMPLANTAÇÃO/ CONTAGEM E COMPENSAÇÃO DAS HORAS

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ASSÉDIO MORAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL NAS EMPRESAS

As empresas se comprometem a informar seus empregados que não será admitida nenhuma prática de assédio moral ou sexual na companhia.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ALEITAMENTO MATERNO

Para cumprimento do que dispõe o art. 396 da CLT, a Empresa concorda em reduzir em até 1(uma) hora diária a jornada de trabalho de suas empregadas que estejam amamentando seus filhos até 6(seis) meses de idade.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho será de 44(quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas de segunda à sábado, não estando incluído nesta jornada os intervalos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A carga horária semanal de trabalho será distribuída em 5 jornadas de 8(oito) horas de segunda a sexta-feira e 4(quatro) horas aos sábados, ressalvando-se os empregados que trabalham em regime de escala ou de jornada diferenciada, sendo admitida a adoção de jornadas inferiores;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os registros de frequência utilizados pelos empregados serão apurados do dia 1º(primeiro) ao último dia de cada mês, ficando estabelecido que os pagamentos e descontos deles decorrentes, se houver, dar-se-ão juntamente com o salário do mês subsequente;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para obtenção do salário hora do empregado com jornada semanal de 44(quarenta e quatro) horas, a remuneração deverá ser dividida por 220 (duzentas e vinte) horas;

PARÁGRAFO QUARTO - Fica ajustada a adoção da escala de trabalho 12x36(doze horas e trabalho para trinta e seis horas de descanso), quando necessária, observando-se a legislação vigente, em especial quanto ao intervalo para descanso e refeição;

PARÁGRAFO QUINTO - São dispensados do controle de jornada os empregados detentores de cargos de confiança, quais sejam: assessores executivos, supervisores administrativos de cidades, supervisores de crescimento, especialistas, coordenadores, executivos comerciais, gerentes, gerentes executivos e diretores;

PARÁGRAFO SEXTO - Os empregados que tiverem modificadas as condições de trabalho em razão de realocação, reestruturação, mudança de tecnologia ou em decorrência de restrições médicas, passarão a cumprir nova jornada de trabalho, não configurando renovação do contrato de trabalho.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Em conformidade aos artigos 59 e 468 da CLT e o disposto na Lei 9.601/1998, fica instituído BANCO DE HORAS para os empregados das Empresas com contratos de trabalho em vigor, segundo os critérios e regras a seguir descritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Banco de Horas terá por finalidade compensar as horas trabalhadas excedentes à jornada de trabalho regularmente cumprida, praticadas em regime de horas extras, observados os critérios constantes neste Acordo Coletivo de Trabalho e das normas administrativas das empresas;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para efeito do presente Acordo, a jornada normal de trabalho dos empregados, bem como o intervalo para refeição e descanso, são aqueles estipulados no contrato individual de trabalho, no Acordo Coletivo de Trabalho e na Norma Administrativa das Empresas que estabelecem o horário flexível de trabalho;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em razão da adoção do presente modelo de compensação de jornada de trabalho, mediante o emprego de banco de horas, é vedada a adoção cumulativa de qualquer outro regime de compensação de jornada, sob pena de invalidação de ambos;

PARÁGRAFO QUARTO - As partes convencionam que somente as horas efetivamente trabalhadas como parte da jornada diária, como horas extras ou incluídas no Banco de Horas, serão computadas para fins de apuração do intervalo de onze horas entre jornadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS: CONTAGEM E COMPENSAÇÃO DAS HORAS

Para fins de contagem das horas de trabalho, todas as horas que excedam o limite da jornada regular de trabalho serão registradas nos controles de horários respectivos e lançadas no Banco de Horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas a serem creditadas ou compensadas no Banco de Horas deverão ser previamente autorizadas pela chefia imediata;

PARÁGRAFO SEGUNDO - As horas executadas em sobre jornada para fim de geração de crédito no Banco de Horas não podem exceder o número de 2 (duas) horas diárias, salvo nas hipóteses previstas no art. 61 da CLT;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O excesso de horas em um dia será compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda ao período máximo de 1(uma hora)

PARÁGRAFO QUARTO - As horas a compensar dos empregados das áreas operacionais obedecerão à relação de 1h (uma) hora compensados para cada 1 (uma) hora trabalhada, independente do dia da semana e horário em que forem compensadas, à exceção do trabalho realizado em dia destinado ao DSR e em dia feriado;

PARÁGRAFO QUINTO - As horas em sobre jornada somente poderão ser lançadas no Banco de Horas até o teto de 100 (cem) horas para empregados com jornada de trabalho de 8 (oito) horas e de 70 (setenta) horas para empregados com jornada de trabalho de 6 (seis) horas.

PARÁGRAFO SEXTO - As horas lançadas em Banco de Horas, não compensadas em até 120 dias, serão pagas na folha de pagamentos subsequente;

PARÁGRAFO SÉTIMO - As horas trabalhadas em sobre jornadas excedentes aos limites do Banco de Horas referidos no parágrafo quinto desta cláusula serão pagas como Horas Extras, nos termos do ACT vigente e das normas internas das Empresas;

PARÁGRAFO OITAVO - As horas lançadas no Banco de Horas e não compensadas serão computadas para efeito de integração em férias, 13º salário, FGTS, Descanso Semanal Remunerado, observando a regra prevista no parágrafo quarto desta cláusula;

PARÁGRAFO NONO - É vedada a compensação de horas de crédito agregada a período de férias ou de licença prêmio, bem como vedado Banco de Horas com saldo negativo;

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Empresas realizarão controle individualizado no Banco de Horas, que conterà demonstrativo claro e preciso das horas trabalhadas em excesso ao limite ordinário de sua jornada de trabalho e das horas compensadas do Banco de Horas.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESCALAS DE TRABALHO

A Empresa poderá praticar escalas de trabalho 5x2 (cinco dias de trabalho por dois dias de descanso), ou 6x1 (seis dias de trabalho por um dia de descanso) ou 5x1 (cinco dias de trabalho por um dia de descanso), conforme acordo específicos de jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para o caso da escala 5x1, deverá ser assegurado a todos os empregados abrangidos, ao menos um dia de descanso remunerado coincidente com o domingo a cada mês trabalhado;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os trabalhadores deverão ser formalmente comunicados da escala de trabalho para o mês seguinte com ao menos 7 (sete) dias de antecedência.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DE PONTO

A Empresa poderá adotar registro de ponto eletrônico a partir de sistemas próprios desde que por acesso individual e restrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O registro de ponto deverá demonstrar o fiel cumprimento da jornada de trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todos os registros deverão ser disponibilizados para ajustes/correção com limite de intervalo possíveis de serem aplicados antes do fechamento da folha de pagamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada qualquer circunstância de controle que gere constrangimento social ao trabalhador.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DEFICIENTES FÍSICOS

A Empresa abonará as faltas ao trabalho dos deficientes físicos, decorrentes da comprovada manutenção de aparelhos relacionados à sua deficiência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AFASTAMENTOS, AUSÊNCIAS E ATRASOS

Ocorrendo a necessidade de saídas antecipadas ou entradas tardias, o evento deverá ser previamente submetido pelo empregado à aprovação da chefia imediata para que sejam levadas a lançamento no Banco de Horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As faltas injustificadas, os atrasos e as saídas antecipadas que não forem autorizados pela chefia imediata não serão incluídas no Banco de Horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de afastamento do emprego, em razão do gozo de benefício previdenciário (exceto afastamento por aposentadoria por invalidez), o saldo do Banco de Horas existente no momento do afastamento será congelado até o retorno laboral do empregado ou conversão do benefício em Aposentadoria por Invalidez.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O trabalhador afastado por Aposentadoria por Invalidez fará jus ao recebimento do Banco de Horas, no prazo de até 60(sessenta) dias da data em que as empresas tenham recebido a comunicação da concessão do benefício previdenciário, sendo que o pagamento ocorrerá considerando o salário em vigor no mês de pagamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nos seguintes casos:

- a) 5 (cinco) dias consecutivos quando do nascimento do filho, ou do dia seguinte ao evento, neles já compreendida ausência prevista em lei;
- b) Para pais adotantes, 5 (cinco) dias consecutivos de licença remunerada a partir da data de inscrição do Registro Civil, da sentença judicial que conceder a adoção ou do termo de guarda, inclusive de caráter provisório;
- c) 2 (dois) dias úteis em caso de falecimento de ascendentes, descendentes ou pessoas que viva sobre dependência econômica do trabalhador(a);
- d) 3 (três) dias úteis consecutivos em virtude de casamento;
- e) Por meio período de uma jornada diária, quando devidamente comprovado, para o recebimento de sua parcela do PIS, caso as empresas não tenham celebrado convênio com a finalidade de efetuar ela mesma o pagamento;
- f) 1 (um) dia em cada 12 (doze) meses trabalhados, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada;
- g) 7 (sete) dias por episódio em casos de emergências médicas para empregados que necessitem acompanhar seus filhos ou cônjuges companheiro (a) a médicos, para consultas, exames e internações, desde que comprovado o acompanhamento, mediante declaração do facultativo ou da entidade hospitalar ou laboratorial.

PARÁGRAFO ÚNICO - O direito de ausência justificada conta a partir do dia do evento. Caso ocorra após o expediente, conta-se a partir do dia seguinte ao evento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS: ADIMPLEMENTO

O saldo existente no Banco de Horas ao final do presente Acordo, caso não haja prorrogação do mesmo, será adimplido em até 60 (sessenta) dias, considerando o salário em vigor no mês de pagamento.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA MATERNIDADE

Para licenças-maternidade fica assegurada concessão da duração prevista no inciso XVIII do art. 7º. da Constituição Federal, prorrogada por 30 (trinta) dias, mediante solicitação escrita da empregada até o final do primeiro mês após o parto.

PARÁGRAFO ÚNICO - A prorrogação da licença-maternidade terá início no dia imediatamente posterior ao término da fruição da licença de que trata o inciso XVIII do art. 7º. da Constituição Federal.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - USO DE VEÍCULOS / TELEFONE CELULAR

A EMPRESA poderão conceder veículo e telefone celular aos TRABALHADORES que necessitem de tal equipamento para o desenvolvimento de suas atividades na EMPRESA, conforme política interna.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A Empresa convocará eleições para a CIPA com 60 (sessenta) dias de antecedência através de edital, enviando cópia ao sindicato nos primeiros 10 (dez) dias do período acima estipulado. Esse edital deverá explicitar o endereço e o local para inscrição dos candidatos, que deverá ser realizada contrarrecibo, devidamente identificado pelas Empresas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Edital deverá também explicitar o prazo de 10 (dez) dias para inscrições que ocorrerão do 20º (vigésimo) ao 10º (décimo) dia em termos regressivos à eleição. Fica assegurado aos candidatos inscritos o direito de concorrer às eleições na forma da lei;

PARÁGRAFO SEGUNDO - As Empresas divulgarão a lista dos candidatos inscritos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do encerramento das inscrições, informando, além dos nomes, departamento e função;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A eleição será feita obrigatoriamente sem a constituição e inscrição de chapas, realizando-se o pleito através de votação de lista única, contendo o nome de todos os candidatos. As Empresas setorizarão a inscrição e a eleição dos candidatos, devendo para tanto, informar a forma do processo junto com o Edital e enviar cópia ao Sindicato;

PARÁGRAFO QUARTO - O eleitor deverá ser identificado através de sua assinatura e registro de documentos em folha apropriada para votação, caso a eleição seja em cédula de papel;

PARÁGRAFO QUINTO - Todo o processo eleitoral será coordenado pelo vice-presidente da CIPA em conjunto com o S.E.S.M.T. e acompanhado pelo Sindicato;

PARÁGRAFO SEXTO - No prazo máximo de 10 (dez) dias após a posse dos membros eleitos, a Empresa deverá encaminhar cópia da ata respectiva ao Sindicato, contendo nome, data de nascimento e matrícula dos referidos membros eleitos;

PARÁGRAFO SÉTIMO - O não cumprimento do disposto nos parágrafos supra por parte das Empresas, tornará nulo o processo eleitoral, devendo novas eleições ser realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

PARÁGRAFO OITAVO - Os representantes eleitos para cargo de direção na CIPA bem como seus suplentes não poderão sofrer despedidas arbitrárias, desde o registro de sua candidatura até 1 (um) ano após o término de seu mandato;

PARÁGRAFO NONO - O curso de treinamento aos cipeiros será obrigatório, mesmo aos reeleitos e, deverá ser iniciado nos primeiros 30 (trinta) dias a contar da data das eleições dos mesmos. Após 10 (dez) dias do encerramento do curso, as Empresas deverão enviar ao Sindicato, quando solicitado, a cópia do certificado;

PARÁGRAFO DÉCIMO - O cipeiro, representante dos empregados, deverá participar da investigação dos acidentes de trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as atas da CIPA (eleições, posse, reuniões ordinárias e extraordinárias), no prazo máximo de 3 (três) dias após a realização das reuniões, estarão disponíveis para consulta;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A Empresa informará ao sindicato, com 30 (trinta) dias de antecedência, a data de realização da SIPAT;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O cipeiro, representante dos trabalhadores deverá ser liberado o tempo necessário para desenvolver suas atividades referentes à CIPA, como também elaboração e acompanhamento das etapas dos mapas de risco;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os cronogramas das providências acordadas com a CIPA, oriundas dos mapas de riscos, estarão disponíveis para consulta.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INFORMAÇÕES LEGAIS SOBRE SAÚDE

A Empresa apresentará as informações solicitadas pelo Sindicato, que se façam necessárias ao acompanhamento das questões referentes à saúde do trabalhador, dentre elas:

- a) O **PCMSO** - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - elaborado pelo médico responsável;
- b) Documentos referentes à estrutura e desenvolvimento do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos;
- c) Laudos de insalubridade, periculosidade e condições de trabalho, elaborados por técnicos das empresas ou por instituições fiscalizadoras;
- d) Comunicação de acidentes de trabalho;
- e) Perfil epidemiológico dos empregados;
- f) Análise ergonômica dos postos de trabalho, conforme previsto na NR-17;
- g) Atas das reuniões das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- h) Outras informações solicitadas pelos Sindicatos, necessárias ao acompanhamento das questões referentes à saúde dos empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Empresa fornecerá o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) aos empregados que o solicitarem.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

A Empresa deverá realizar exames médicos periódicos, sem ônus, para todos os empregados, inclusive por ocasião da rescisão contratual ou no prazo de sua validade previsto na Norma Regulamentadora respectiva, fornecendo cópia dos resultados ao interessado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Empresa se compromete a incentivar os exames de mamografia e de próstata de seus empregados na mesma oportunidade de que trata o "caput" e nas mesmas condições.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS POR MOTIVO MÉDICO

As ausências ao trabalho por motivo médico devem ser justificadas por documentos hábeis emitidos por profissionais credenciados nos órgãos competentes, mediante protocolo nas empresas com até 02 (dois) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão abonadas também as ausências, mediante apresentação de atestados, para os seguintes eventos médicos:

- a) Exames: Colonoscopia, Endoscopia Digestiva Alta, Broncoscopia, Laparoscopia, Exames Visuais que impliquem em prejuízo provisório da visão (mapeamento da retina);
- b) Tratamentos: Radioterapia, Quimioterapia para tratamento de câncer e Hemodiálise;
- c) Demais casos recomendados em função do exame periódico.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ACIDENTES E MULTAS DE TRANSITO

Os empregados só poderão ser responsabilizados pelo cometimento de infrações de trânsito ou por danos e avarias causados aos veículos das Empresas e/ou de terceiros quando, comprovadamente, houver atos de negligência, imperícia ou imprudência, sendo assegurado o direito de defesa com o acompanhamento do sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica a Empresa responsável pela regularização das condições de tráfego e trânsito dos veículos que portem suas logomarcas quando necessário em função do trabalho a desenvolver;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Empresa prestará assistência jurídica nas esferas policial, criminal e cível ao empregado que, conduzindo veículo a serviço das empresas, se envolver em acidente ou ocorrência de trânsito, exceto quando evidenciado negligência, imprudência ou imperícia por parte do condutor;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Empresa garantirá seguro para cobertura por acidente de terceiros.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - SINDICALIZAÇÃO

A Empresa, no momento da admissão de novo empregado, fará a apresentação do Sindicato, entregando a ficha de filiação, para que o empregado exerça a sua opção de se sindicalizar.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA

Fica permitido o acesso dos representantes do Sindicato, devidamente credenciados, nos locais de trabalho, para tratar de assuntos de natureza trabalhista e/ou de interesse da categoria profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica assegurado ao SINDICATO distribuição de boletins, panfletos, jornais e outros materiais de divulgação de interesse da categoria nas portarias de acesso às dependências da EMPRESA.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - REPRESENTANTES SINDICAIS E OU DELEGADOS

A empresa permitirá a indicação de 01 (um) delegado/representante sindical a cada 1.000 (um mil) empregados, observando-se o arredondamento com fração superior a 500 (quinhentos) empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deverão ser deduzidos do dimensionamento acima explicitado os dirigentes sindicais eleito.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurada a indicação de pelo menos 01 (um) delegado/ Representante sindical.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A empresa garantirá estabilidade provisória aos delegados/ Representante sindicais indicados, durante o prazo de vigência do presente acordo coletivo.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL E DELEGADOS NÃO LICENCIADO

As empresas se comprometem a liberar os dirigentes sindicais e representantes, até 2 (dois) dias por mês, sem ônus para o sindicato, para desenvolver atividades sindicais, ficando a critério de a Entidade Sindical indicar o(s) empregado(s) a ser liberado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A liberação de que trata a presente cláusula será de 3 (três) dias por mês, nos casos em que o comparecimento exigir deslocamento para fora da localidade de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efetivação da concessão contida na presente cláusula, o sindicato deverá comunicar com antecedência o calendário ou programação desses eventos, bem como informar às alterações que venham ocorrer nas referidas programações.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A liberação de que trata a presente cláusula será considerada como abono concedido pelas empresas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DIRIGENTE SINDICAL

As empresas garantirão estabilidade provisória, nos termos do artigo 8º, inciso VIII da Constituição Federal de 1988, aos dirigentes sindicais eleitos pelos trabalhadores na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas comprometem-se a liberar 1 (um) dirigente sindical eleito para exercício das atividades sindicais, sem prejuízo do pagamento mensal de sua remuneração, como se na ativa estivesse, devendo o sindicato comunicar oficialmente qual o representante a ser liberado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os dirigentes sindicais terão livre acesso às dependências das empresas, desde que o sindicato comunique com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e por escrito o nome dos dirigentes sindicais, a data e a hora da visita.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL/ CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

A Empresa descontará a mensalidade sindical, dos empregados associados, no valor de 1% (um por cento) do salário nominal, desde que, por eles expressamente autorizados, nos termos do art. 545 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor correspondente à arrecadação das mensalidades será depositado em conta bancária do sindicato até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente aos descontos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A relação nominal dos trabalhadores associados e os valores descontados de cada um deles será encaminhado ao sindicato, para controle, obedecendo o mesmo prazo do recolhimento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

A Empresa disponibilizará quadro de avisos ao Sindicato para a fixação de comunicados oficiais de interesse da categoria profissional, vedados assuntos políticos ou religiosos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - EVENTOS SINDICAIS

As empresas comprometem-se a analisar, individualmente, os pleitos de liberação de empregados para participação em cursos, seminários e eventos assemelhados de interesse do sindicato, desde que os mesmos sejam encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - REUNIÕES TRIMESTRAIS

As empresas comprometem-se a realizar reuniões trimestrais com o sindicato, mediante pedido formal encaminhado com pauta específica e antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - GARANTIAS GERAIS

A Empresa respeitará benefícios e vantagens concedidos a seus empregados eventualmente superiores às previstas neste acordo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REGISTRO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Para que produza os efeitos legais e se torne obrigatório para a categoria econômica e de empregados por ele abrangido, as partes assinam o presente instrumento coletivo em 2(duas) vias de igual teor e forma e efetuarão o lançamento destes termos, para fins de registro, no sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego para cumprimento do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

João Pessoa-PB, 17 de novembro de 2023

**BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A e
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE
TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORAS DE MESAS
TELEFONICAS DO ESTADO DA PARAÍBA****DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO**

Pelo descumprimento de qualquer cláusula do presente Acordo Coletivo de Trabalho, a Empresa pagará multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário nominal do empregado revertendo esse valor em favor da parte prejudicada.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - REVISÃO DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS**

As partes se comprometem a revisar e repactuar as cláusulas de natureza econômica, ao fim do primeiro ano de vigência do presente acordo.

OUTRAS DISPOSIÇÕES**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho da 13. Região, para dirimir dúvidas ou divergências surgidas na aplicação do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

}

MARTA BERNARDINO SENA DA SILVA
PRESIDENTE
SIND TRAB EMP TELECO OPERAD DE MESAS TELEF EST PARAIBA

JOSE ROBERTO NOGUEIRA
DIRETOR
BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.

JOAO PAULO ESTEVAM
DIRETOR
BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.